



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 55ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 24 de agosto de 2015, com início às nove horas e quarenta e três minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Pedro Martendal, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 95/2015; Projeto de lei nº 96/2015; Moção nº 13/2015; Ofício nº 143/2015 do gabinete do vereador Romulo Quintino, solicitando arquivamento do Projeto de lei nº 84/2015; Ofício nº 44/2015, do gabinete do vereador João Paulo de Lima, solicitando prorrogação de prazo para exarar parecer, referente ao Projeto de lei nº 83/2015; Ofício SEAJUR/ATL nº 241/2015, em resposta ao requerimento nº 344/2015 do vereador Pedro Martendal; Ofício SEAJUR/ATL nº 242/2015, em resposta ao requerimento nº 340/2015 de autoria do vereador Pedro Martendal; Ofício SEAJUR/ATL nº 245/2015, em resposta ao requerimento nº 343/2015 de autoria do vereador Pedro Martendal; Ofício SEAJUR/ATL nº 244/2015, em resposta ao requerimento nº 339/2015 de autoria do vereador Romulo Quintino; Ofício SEAJUR/ATL nº 237/2015, em resposta ao requerimento nº 353/2015 de autoria do vereador Gugu Bueno; Ofício SEAJUR/ATL nº 236/2015, em resposta ao requerimento nº 346/2015 de autoria do vereador Professor Paulino; Ofício SEAJUR/ATL nº 240/2015, em resposta ao requerimento nº 326/2015 de autoria do vereador Jorge Bocasanta; Ofício SEAJUR/ATL nº 243/2015, em resposta ao requerimento nº 350/2015 de autoria do vereador Jorge Menegatti; Ofício nº 123/2015 da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em resposta ao requerimento nº 322/2015 do vereador Pedro Martendal. Inscritos pra falar no grande expediente os vereadores Celso Dal Molin, Paulo Porto, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Professor Paulino e Pedro Martendal. – Presidente: Finda está a leitura da matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**: - Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. - Vereador Jorge Menegatti: Solicitei á 15 dias, atrás a inclusão do Projeto nº 52 na pauta. Gostaria de saber o que está acontecendo, por que ele não vem para a pauta? – Presidente: Sugestão anotada, vereador. Passamos pra ordem do dia. **ORDEM DO DIA** – Presidente: Em primeira discussão e votação o Projeto de lei nº 75/2015, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 5.378, de 9.12.2009 que regulamenta a substituição de veículos para as empresas permissionárias do transporte escolar e dá outras providências, de autoria do vereador Robertinho Magalhães com o apoio dos vereadores: Walmir Severgnini, Luiz Burgarelli, Vanderlei Augusto da Silva, Nei H. Haveroth, Ganso Sem Limite, Cláudio Gaiteiro, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Aldonir Cabral, Luiz Frare e Celso Dal Molin. Em



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Robertinho Magalhães. – Vereador Robertinho Magalhães: Este projeto vem de encontro da necessidade de condicionar determinadas empresas que hoje, operam o transporte escolar no nosso município, a possuírem em sua frota, uma quantidade maior de veículos, que ficarão à disposição dos alunos das escolas de Cascavel. Com o aumento de 3 pra 5 veículos, as empresas poderão oferecer melhor qualidade no serviço prestado, atendendo a demanda, hoje existente. Este projeto vem de forma positiva, pra que possamos atender os estudantes da nossa cidade. No próximo ano, provavelmente, já estarão em andamento os novos contratos com novo edital, pra que façam uma licitação e, entra esse novo contrato em 2017. Peço voto favorável pra que a gente possa dar mais qualidade pra essas crianças, em nossa cidade. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Acho interessante a preocupação do vereador Robertinho Magalhães, mas é interessante também, verificar se com o aumento dessas vagas não estaríamos tirando a oportunidade de outras pessoas entrarem neste mercado, tendo em vista que temos que cuidar pra não centralizar o transporte coletivo urbano nas mãos de poucas pessoas. É interessante que se verificasse as empresas que hoje, fazem parte desse programa e que se na realidade não estão aparecendo frequentemente na própria Cettrans; novas pessoas interessadas em fazer esse transporte escolar, o que poderia contribuir inclusive com o preço para os usuários que são crianças e, que vêm de determinadas localidades da cidade pra colégios particulares. Com a centralização poderá ocorrer uma questão de aumento de custo pra o usuário e, quanto mais nós liberamos, mais concorrência irá haver e, o preço do transporte escolar neste caso poderia até ter um preço mais razoável. Estou colocando alguns questionamentos que deveriam ser observados; portanto, precisaria ver se existem outras pessoas interessadas no transporte, e a quantidade hoje que temos de pessoas dentro desse mercado e se, não estão procurando uma centralização desse transporte escolar. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino: Hoje, temos 8 empresas que fazem esse serviço em Cascavel e, elas correspondem de 1 veículo a 3 veículos. Aqui neste projeto é de 1 veículo a 5 veículos, onde vai dar mais agilidade e também, qualidade pra o transporte. Não que essas empresas vão continuar com o contrato, porque através do próximo edital vai ter uma nova licitação. São 8 empresas correspondentes a 1 e a 5 veículos, aí passando pela licitação pode ou não continuar; depende da demanda que é exigida no edital. Hoje, com os novos loteamentos, novos bairros, a cidade está crescendo demais; então não tem condições de com 3 vans de continuar. Não que essa empresa vá continuar, pode ser outra empresa; mas temos que ter um pouco mais, quem sabe se vão usar esses 5, também. Seria isso, pra que realmente tenha uma demanda e uma qualidade de serviço nessas vans, hoje em Cascavel. - Vereador Rui Capelão: Nós devemos cuidar para que não aconteça de ser tirado o direito de outras pessoas participarem da concorrência ou deixar de fazer concorrência, porque a empresa x ou y poderá colocar mais 1 ou 2 carros no mercado. Que essa concorrência sempre seja aberta, pra que todos que querem participar estejam dentro



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

do mercado e participando. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Esse projeto de lei é um negócio que não deveria nem existir. A lei do livre mercado. Se não tivesse uma Cettrans que fiscalize a qualidade do atendimento dos veículos e o preço, porque o que interessa pra população é andar de ônibus seguro com o menor preço, e se fica fazendo monopólio isso não acontece. Isso é ruim pra cidade de Cascavel. Aquele cidadão que está aposentado e, tem uma van ou vive de uma van, não vai ter despesa nenhuma; ele mesmo vai ser o motorista. Em contrapartida, as empresas que tem 2, 3, vão ter que ter funcionários e na minha opinião o número deve ser livre. Se o cara quiser ter 1 ou 100, desde que dentro da lei, isso devia ser extinto. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino: Sobre cada um usar a sua van, então hoje já existe e, são 59 vans, pessoas físicas, que trabalham o pai, o filho, a esposa. Então isso também, quando tem licitação eles podem concorrer com aquele que tem só uma van. Aqui estamos falando, são 8 empresas; são novos contratos, novas licitações que ocorrem, mas sobre aquele que só tem uma pode concorrer como pessoa física e não está incluído neste projeto; esse pode fazer futuramente. Se o vereador Bocasanta tem uma van e quer participar da licitação não tem problema nenhum; pode participar como pessoa física e não jurídica. – Vereador Jorge Bocasanta: Então, vamos o seguinte: que faça leilão de licitação de linha por linha; se o cara tiver 50 vans coloque 50 vans. Essa lei não tinha nem que renovar, tinha que extinguir. O livre comércio tem que parar com esse negócio de arrumar jeitinho pras pessoas sobreviver. Fica no mercado quem tem condições pra ficar no mercado. Vou fazer uma emenda pra extinguir essa lei, deixar livre; estamos num mercado livre. Se você tem um posto de gasolina, você não pode querer dizer que seu vizinho não pode ter um posto de gasolina; isso é um descompasso da economia. Tem que ser extinta essa lei, tem que por uma lei que as vans devem ser em boas condições e não ter interferência. Não sei por quê esse domínio de mercado. Vou fazer uma emenda pra extinguir essa lei, deixar o livre mercado, porque acho que a coisa mais boa que poderíamos fazer ao povo de Cascavel. Obrigado! – Presidente: Continua em discussão o projeto. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Ganso Sem Limite, Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Paulo Porto, Professor Paulino, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Pedro Martendal, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Jorge Menegatti, Vanderlei Augusto da Silva, Walmir Severgnini, Fernando Winter, Jaime Vasatta e Jorge Bocasanta) (Não houve voto contrário) – Secretário: Projeto de lei aprovado em primeira votação, Projeto de lei nº 75/2015, pela totalidade dos senhores vereadores presentes. – Presidente: Pela totalidade dos senhores vereadores presentes, o Projeto de lei nº 75/2015 aprovado em primeira votação. Passamos pra o Projeto de lei nº 87/2015 que altera as leis municipais nº. 6.275 de 08 de outubro de 2013 - Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017, 6.419 de 24 de novembro de 2014 - Diretrizes Orçamentárias para 2015 e 6.429 de 16 de dezembro de 2014 - Lei Orçamentária Anual para 2015 na dotação da Secretaria Municipal de Agricultura, no



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

valor de R\$ 40.347,22. Em discussão o projeto. Em votação, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Projeto de lei nº 87/2015 aprovado em primeira votação, pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Em primeira votação o Projeto de lei nº 89/2015, de autoria do vereador Marcos Rios e Gugu Bueno, que denomina próprio público municipal com o nome de Reinaldo Rodrigues. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Marcos Rios. – Vereador Marcos Rios: Este projeto nós fizemos como homenagem pra uma pessoa que foi vereador nesta cidade, empresário e que veio a falecer há poucos dias. Foi vereador, contribuiu com a cidade de Cascavel. Foi vereador e empresário em Cascavel, ajudou a contribuir, pela pessoa que ele é. E inclusive os familiares não conseguiram participar da sessão; se chegarem amanhã estarão aí pra fazer uma homenagem, que a família esteja presente, pois sabe da pessoa que ele era. Peço aos vereadores que votem a favor, uma pessoa que contribuiu com Cascavel. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Parabenizar o vereador Marcos Rios por este projeto, dando a um bem público municipal o nome de um ex-vereador dessa Casa, que contribuiu com a sociedade e por fim acabou com tantos problemas e complicações, ocasionando sua morte prematura com câncer. Vivemos o mês dedicado ao homem, pela questão principalmente dessa doença, que está contaminando muitas pessoas, inclusive passo por esse processo dentro de casa. Então quero parabenizar o vereador por ter nominado essa pessoa, um ente querido que esteve entre nós, mas que vai ter a sua dedicação e seu memorial num prédio público na cidade de Cascavel. – Presidente: Tomo liberdade de falar um pouco sobre o Reinaldo Rodrigues, figura marcante na cidade de Cascavel, que teve sua passagem marcante aqui, na Câmara de Vereadores. Os senhores já sabem, mas nós da mesa diretora estamos providenciando aqui na Câmara, um espaço pra servir de memorial pra os ex-vereadores dessa Casa, pessoas que deram sua contribuição. Nós temos a convicção de que contar a história do Legislativo de Cascavel é contar a história de Cascavel. Infelizmente hoje temos dificuldade ao acesso das informações de saber quem foram os vereadores de Cascavel. Estamos providenciando um espaço nesta Casa, onde teremos um memorial contando a história das legislaturas anteriores, quem foram os vereadores que fizeram a Câmara de Vereadores de Cascavel e deram sua contribuição pra termos a cidade que temos hoje, vereador Jaime Vasatta. Em votação o Projeto de lei nº 89/2015. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; Projeto de lei nº 87/2015 aprovado em primeira votação pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos pra discussão e votação da Moção nº 12/2015, de autoria do vereador Professor Paulino com o apoio de diversos vereadores, que presta apoio pra que se garanta a matrícula aos cursos técnicos profissionalizantes nos colégios estaduais de Cascavel. Em discussão a moção. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: A moção a qual solicitamos e tivemos apoio de todos os vereadores, uma ideia que iniciou quando da fala de apoio às



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

professoras que aqui estavam presentes, semana passada. Paulo Porto, naquele momento disse: vamos fazer uma moção por todos os vereadores, pra que a gente possa fazer chegar também dessa Casa uma solicitação pra Secretaria de Estado da Educação, no sentido de fazer com que retire as dificuldades que as escolas, colégios estão tendo pra oferecimento de novas turmas. Porque o critério que a Secretaria está colocando, consideramos extremamente injusto; porque leva-se em consideração o rendimento do ano passado: alunos que desistiram, cobrando 75% de frequência pra que esse ano possa ser oferecida a matrícula e, consideramos que é injusto. Temos que verificar por que turmas de cursos profissionalizantes, principalmente noturnos, os alunos trabalhadores se evadem da escola e não penalizar os que estão hoje. Vimos escolas com apresentações muito bem feitas pelas professoras, semana passada, temos mais de 700 alunos, por exemplo, no Ceep, temos fila de mais de 700 alunos pra esses cursos, quando o número de vagas é 300. Precisaria ampliar o número de vagas e não criar esse critério, que acaba por impedir que nossos alunos, trabalhadores, filhos de trabalhadores, possam estar tendo essa oportunidade que é única de poder se preparar pra o mundo do trabalho, enquanto ser humano; alunos que entram com a condição, muitas vezes, desfavorável por sua própria condição financeira, social. Então é fundamental que se dê oportunidade, que não se crie esse mecanismo de seleção prévia pra nossos alunos. Obviamente, que aquelas que mais precisam e que não são escolas de centro, acabam sofrendo mais. Temos visto e, citando um exemplo o Colégio Francisco Lima, no Floresta, é uma das que será mais penalizada, porque levando em consideração a própria situação social dos alunos lá. Ano passado, foi um ano atípico de Copa do Mundo e acabou por muitos alunos perderem a frequência, muitas vezes, por isso também, tem que ser levado em consideração. Não temos que penalizar, temos que encontrar condições pra que os alunos que de fato queiram estudar possam ter condições de estudar e o Estado tem condições de oferecer isso. Os cursos estão montados e, é só reabrir e fazer as matrículas. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. - Vereador Pedro Martendal: Professor Paulino, queria contar com sua ajuda, como também do Jorge Bocasanta, ambos do Partido da presidente. Já que estamos discutindo essa moção de manter a matrícula dos cursos técnicos profissionalizantes nos colégios estaduais. Eu pediria ajuda de Vossas Excelências junto ao Governo Federal, pra que desbloqueasse as verbas lá e aumentasse o Pronatec, tão discutido e elogiado no ano anterior. Acho um programa maravilhoso do Governo Federal e que infelizmente, está se arrastando. Seria o ideal, através dos deputados estaduais e federais do vosso Partido pra que o Governo Federal abrisse um pouco mais e cortasse alguma gordura em Brasília, fechasse algum Ministério lá e, transferisse esse valor pra o Pronatec. Estarei assinando a moção, acho que a profissionalização é fundamental; embora não fui procurado pra apoio, mas assinarei porque é oportuna, mas estendo que Vossa Excelência e os demais membros do Partido que dão base ao Governo Federal pra que houvesse uma implementação por parte do Governo Federal. Era isso. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Bocasanta: Nós não precisamos ir pra Brasília, é só ele pedir pra o governador dele parar com as falcatruas que têm em Londrina. Aquilo lá de orgias, rolos, andar junto com aquela equipe de pedofilia, aquele que compra até Ferrari pra andar nos autódromos de Londrina. Se for fiscalizar as empresas grandes, acabar com aquela quadrilha de Londrina e até gente de Cascavel foi lá tentar socorrer o parente preso e talvez, então sobre dinheiro pra o Pronatec. Estava assistindo na televisão que em Foz do Iguaçu, fizeram uma trincheira na BR 277, estão anunciando dia e noite na televisão, sábado fui pra Guaíra, passei em Marechal Cândido Rondon, vocês têm que ver o que foi feito lá. Duplicaram ali aquele pedaço, fizeram 2 viadutos, tem passarela a cada 500 metros, mas ali é culpa da Dilma, também uma coisa boa; enquanto que aqui na BR 277 a gente paga o mais alto pedágio do trevo da Tancredo até Santa Tereza e não tem nenhuma passagem pra cima. Meu telefone não tira nem foto, mas vão em Marechal e olhem o que é uma duplicação de primeiro mundo, não essa porcarias que estão fazendo em Foz do Iguaçu. Esse Pepe Rixa que diz que vai pedir dinheiro pra o Governo Federal pra fazer mais uma, fizeram uma. Fui pra Foz do Iguaçu semana passada e paguei quase 20 reais de pedágio e tudo é culpa da Dilma. Pra abrir uma escola técnica não tem dinheiro e, é culpa da Dilma; então, vamos mandar esse governador embora e vamos deixar sem governador e vamos por uma extensão da Dilma aqui no Paraná. Se você for pra Guaíra vai ver o que é obra e ali também é da Dilma. Por que só coisa ruim pra nós? Nós, já estamos cansados de levar nas costas. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Não é tudo culpa da Dilma. O grande culpado é sua Excelência o ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, é ele o chefe da bandalheira. E a questão das falcatruas, se existe no Governo do Estado, embora o governador é do meu partido, mas uma vez apurado que se responsabilize, coloque na cadeia, faça o que tem que ser feito. Queria lembrar Vossa Excelência que, graças ao trabalho da Polícia Federal e da Justiça Federal capitaneada pelo Sérgio Moro, acho que foi ontem no Fantástico, que já há concordância dos malandros da equipe da Petrobrás sobre os valores, já está em 1 bilhão e 700 milhões e que eles concordaram em devolver. Dois bilhões vão devolver de livre e espontânea vontade e quanto à pedofilia acho que o pessoal de Londrina andou passeando em Realeza e aprenderam lá essa questão. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Em Realeza o cara está preso e a quadrilha de Londrina de pedofilia? Ninguém sabe, é muito pior. Em Realeza temos um que está preso e só tem investigação, porque é o PT que está mandando investigar e aqui no Paraná na hora que a imprensa fizer um trabalho sério, ela não vai falar só do caso de Realeza, vai falar dos outros que fizeram pior. Só que só ouço na Tarobá falar do assessor da Gleisi, e os outros assessores do governador, por que não falam? É o mesmo peso, a mesma medida; tem que ser uma imprensa séria. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Nós todos recebemos visita de diretores de colégio, representantes, pedindo pra resolver essa situação dos cursos técnicos profissionalizantes. Me considero uma pessoa que foi beneficiada por um curso profissionalizante que fiz no Sesi, Senai, nos fins de semana em Curitiba. Portanto, o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Senai tem feito trabalho neste sentido, existem escolas profissionalizantes. Precisamos hoje de verba pra descentralizar os cursos do Senai nos bairros. Teve uma época que tive o prazer de conseguir pra lá os cursos de costura industrial. Cursos como solda e outros da área industrial e comercial poderíamos trabalhar nos bairros, mas não existe um incentivo pra descentralização dos cursos. Os cursos que existem nos bairros como no Floresta é este fornecido pelo Governo Estadual, através da Secretaria de Educação. Certamente a choradeira é a mesma do Governo Federal e a mesma do Município, de que o dinheiro anda curto. Fica difícil manter uma coisa que não está tendo o real retorno, onde você está aplicando. Existe muita reclamação de desistência: aluno que passa na faculdade e não vai mais fazer o curso, aquele que arruma emprego desiste e assim, sucessivamente. Acho que os cursos são importantes, precisa manter, mas precisa mais incentivo da União, Estado e Município. Ninguém pode carregar essas coisas hoje, dentro da educação sozinha. É fácil fazer críticas se, não colocarmos na balança às coisas que precisa pesar. Quem vai sofrer com isso, é nosso aluno, nosso jovem, aquele que precisa da profissionalização. Hoje quando você adquire uma formação profissional, não quer dizer que você já vá de imediato exercer essa formação profissional. Portanto, os cursos são importantes, mas é muito certo que tenham critérios, que precisam ser avaliados e discutidos neste momento. É fácil dizer que o curso tem que continuar; mas precisamos saber a argumentação tanto do Estado como do Município; com relação à existência desses cursos profissionalizantes. Até onde o Governo Federal participa com a grana? Até onde o Estado pode ajudar e até onde o Município ajuda? Não podemos ficar culpando pessoas que não são os verdadeiros responsáveis. Acho importante a existência dos cursos, mas isso não quer dizer que não possa haver uma contrapartida dos que administram a educação dentro do Estado. Era isso. – Presidente: Continua em discussão a moção. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; Moção nº 12/2015 aprovada pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Temos as atas da 53ª e 54ª sessões ordinárias realizadas dias 17 e 18/08/2015. Em discussão as atas. Em votação; os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem, atas aprovadas pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Finda está a matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** - Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores pra pronunciamento de interesse público. Temos as inscrições dos vereadores: Celso Dal Molin, Paulo Porto, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Professor Paulino e Pedro Martendal. Com a palavra vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Apenas pra deixar registrado que, na última quarta-feira, às 8:30 da manhã, tivemos aqui no Plenário a presença da secretária de Finanças, que foi convidada pela Comissão de Economia, Finanças e Orçamento pra ser abordada sobre vários assuntos do interesse dos vereadores, que ao longo dos últimos dias teriam se manifestado sobre as finanças do município de Cascavel. Ela atendeu a chamada, compareceram 7 vereadores e as dúvidas às perguntas a ela dirigidas foram prontamente respondidas. Os números que ela colocou sobre a situação financeira do



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

município, inclusive ressaltar uma pergunta do vereador Paulo Porto quando ele questionava a capacidade de endividamento do município, ela prontamente tinha esse número. Colocou que o município ainda tem capacidade de 44 milhões de reais de endividamento, ou seja, ele ainda pode comprometer 44 milhões de reais em empréstimos. Abriu parêntese dizendo que em 2001, o município devia 2/3 do orçamento anual. Na época, o orçamento era 90 milhões de reais e o município devia em torno de 60 milhões de reais. Hoje, o município deve em torno de 1/5 do orçamento anual e isso computando o empréstimo assinado junto ao Bid. Outro assunto que quero lamentar é o prolongamento das greves que estão aí, principalmente do INSS que vão entorno de 40, 50 dias e as pessoas que estão precisando de atendimento, agendamento, perícia, aposentadoria e as pessoas que precisam ser atendidas não estão sendo. O que os servidores do INSS estão reivindicando com essa greve, segundo depoimento de uma funcionária: o último reajuste ou reposição data de 10 anos atrás foi de apenas de 1%; portanto eles estão querendo os 24, 25% dos últimos anos; que é a inflação do período. E o governo não está aquiescendo e a gente entende que, se ele não está concordando, alias não é só o INSS, tem o Ministério do Trabalho, universidades federais, são várias em andamento, e o Governo não tem como atender, não tem como conceder o que eles precisam, não tem dinheiro. Prova disso é que, o Jornal Folha de São Paulo dizendo que o Governo teria suspendido o pagamento da primeira parcela do 13º dos aposentados. Suspendeu, porque não tem dinheiro e isso acontece com o Rio Grande do Sul, com o Paraná e acontece com o Governo Federal e eu entendo. Aí em seguida, outro órgão de imprensa divulga que o ministro da Fazenda, os ministros, a presidente da República recebeu integralmente a primeira parcela do 13º salário, mas isso em junho e, os aposentados receberiam em setembro. Como houve essa repercussão e divulgação, a equipe econômica, o Ministério do Planejamento voltou atrás e resolveu conceder. Isso, só foi em 2006 o único ano que não anteciparam a metade do 13º em setembro. Não está na lei que é obrigado que se antecipe o 13º salário; mas aí voltaram atrás e pra surpresa dos aposentados. Agora em setembro, eles vão receber 25% do salário. Parabéns ao Governo Federal que vai depositar 25% do salário dos aposentados em 1º de setembro, quando era praxe e, histórico que seria metade em setembro e a outra em dezembro. Voltaram atrás, porque os graúdos já receberam metade do 13º e os aposentados que recebem 1 salário, 2, ou 3, vão receber 25% em setembro e os outros 25% em outubro; mas entendo, porque o Governo não tem dinheiro. Como não tinha dinheiro o Município de Cascavel que não tinha condições de dar os 8,35% e acabou concedendo 6%. Eu entendi, como entendo que o Governo Federal não pode dar o aumento que o INSS precisa; como entendo que o Governo Federal não pode dar o que os professores das universidades federais estão reivindicando. Quando há uma crise econômica e, uma necessidade de se incentivar o pequeno, médio empresário, o Banco do Brasil foi determinado a aportar 3,1 bilhões de reais às montadoras de automóveis; eu entendo, é uma questão de prioridade. Essa é minha colocação. E dizer que nada como um dia depois do outro e uma noite no meio; temos a consciência



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que 23 dos 27 Estados estão com dificuldade no índice prudencial, na folha de pagamento e nos Estados eles têm até 60% e os Municípios 54%. Com 23 Estados, porque a arrecadação caiu e a atividade econômica está em desaceleração e porque, a arrecadação como consequência. Isso foi colocado pela Susana. No dia 10, 20 e 30 de cada mês vem o FPM e no dia 20, ela ia receber 370, 380 mil reais de FPM. A situação financeira dos Municípios que está ainda e os que estão conseguindo tocar o dia a dia, é graças a atitude corajosa de um governo, Beto Richa, que no final de dezembro colocou um ajuste fiscal e hoje está recebendo e colocando as contas públicas em dia. Aí vem a história: “mas aumentou 40% o IPVA”; realmente era 2,5 e foi pra 3,5. O Rio Grande do Sul não pode fazer isso; porque já é 3,5 desde 1908; um pouco antes de o conhaque Dhrer aparecer. – Presidente: Próximo inscrito vereador Professor Paulino. – Vereador Professor Paulino: O que nos traz aqui é uma situação que vem acontecendo em nosso Município. Quero tratar sobre a lei dos concursos que regulamentou o último concurso público aqui, em Cascavel. Nós, temos aqui a lei 5.598/2010, até então eu não imaginava que estivesse ocorrendo em relação a essa lei, que ela fosse tão... no momento quando a pessoa assume o concurso... é bom, quem está desempregado, buscando trabalho é porque realmente precisa. Mas o Dr. Pedro Martendal, advogado da nossa Comissão de Educação, temos uma tarefa. O nosso presidente Fernando Winter, presidente da Comissão de Educação, também. Gostaria que nós pudéssemos estar se debruçando de modo especial ao artigo 43, inciso VI, desta lei do concurso, porque ela é de uma maldade terrível. Não podemos aceitar o que está acontecendo ali; veja os senhores: professor ou funcionário que for alcançado por esse artigo 43, inciso VI... diz o seguinte: funcionário que se afastar por 15 dias do serviço, não fala se com justificativa, ele está automaticamente desligado. Pasmem os senhores, temos professores que foram alcançados por esse artigo que tratando-se de saúde é gravíssimo. Não temos que acusar ninguém, temos que ver como podemos resolver isso, temos que entender e procurar resolver. Tem uma professora que teve que fazer uma cirurgia rapidamente, nem sabia que estava doente. Os médicos deram licença de 30 dias, ela disse: no momento que eu mais preciso estou desempregada. Algumas foram acometidas de câncer. Essa no caso, também será afastada, mas não pra tratamento de saúde, mas pra ficar desempregada. Aquela que não se recupera o INSS vai tratar, esses funcionários irão pra o INSS, mas ninguém quer ficar toda vida doente; depois do 16º, 17º dia quando a pessoa retornar sua saúde ela quer voltar a trabalhar. Uma professora que engravidar e necessita se afastar; se a funcionária tiver que se afastar por ser gestante, ela vai ser desempregada. Há um problema seríssimo aí, temos que encontrar uma solução. Não sei se essa lei passou por essa Casa. Temos que encontrar uma forma de... mas se ela veio do Executivo, não podemos mudar, mas podemos propor uma mudança. Acredito que se possa regulamentar esse artigo que é muito injusto. Considero que não dá pra ficarmos resignados. Quando vi aí, conversamos com o sindicato e a gente vê uma situação quase de resignação. A revolta começa a aparecer quando a pessoa sente na pele, na sua saúde, situações de gravidade. Neste artigo diz: o contrato firmado de acordo com essa lei, exigir-se-á sem



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

direito a indenização de qualquer tipo, por parte da Administração Pública: 1º) pelo término do prazo contratual, 2 anos; 2º) pela aprovação durante o período de experiência; 3º) por iniciativa do contrato; 4º) por suspensão da obra do serviço por insuficiência superveniente, recursos ou outra razão. Por afastamento ou licença no período igual a superior de 15 dias ou não. Conversava com uma professora que disse: que teve que negociar com um médico, que ele deu 15 dias, porque havia necessidade de 15 dias; e ela: “não me dê 15 dias, dê 14 dias, eu volto mesmo doente pra o serviço.” É de uma maldade muito grande, trago isso pra que a gente possa estar debatendo esse tema. Imagina como fica o trabalho do servidor que está sobre essa condição. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: O senhor está falando do funcionário contratado ou estatutário? Só essa. Obrigado. – Vereador Professor Paulino: Estou falando do funcionário que é contrato direto de 2 anos, temporário, porém está na lei dos contratos. A lei 5.598/2010, artigo 43, inciso V, esse que é o inciso malvado que nos coloca numa condição assim. Acredito que nenhum vereador queira prejudicar um funcionário desse jeito, então se passou por aqui, temos que rever isso. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: A fala que vou fazer é duas notícias boas pra Cascavel. E quero colocar aqui o Gugu Bueno que faz parte do PR e também, o Juarez Vieira companheiro do PR também, sempre na luta. Vou falar de duas situações que envolvem o nosso deputado Fernando Giacobbo, PR, o segundo vice-presidente da Câmara Federal que está contemplando mais uma vez à cidade de Cascavel, mais uma vez a cidade de Cascavel. João Paulo de Lima, estamos lutando pela saúde e, o deputado Giacobbo está liberando 500 mil reais para equipamentos a serem adquiridos na cidade de Cascavel, recurso individual do deputado, e mais 500 mil em equipamentos do deputado Giacobbo que vai vir pra Cascavel. Uma frase dele: fala pouco, mas faz muito. Ele, já está articulando e já está concreta a lei nº 8318/2014 que deve entrar em votação nos próximos dias, onde será liberado pra cidade de Cascavel e será criada mais uma Vara Criminal da Justiça Federal, na cidade de Cascavel. O deputado Giacobbo já articulou e, entra em votação nos próximos dias essa lei e vem pra Cascavel mais uma Vara Criminal na Justiça Federal de Cascavel. Quem é advogado aqui e, todos que trabalham nesta área, sabem da importância de ter mais uma Vara Criminal da Justiça Federal em Cascavel. Uma boa notícia que vem pra nossa cidade e, vem engrandecer nossa cidade nesta área. O deputado Giacobbo trabalhando em prol da nossa cidade, da nossa região. É o que me traz a essa tribuna é essas 2 notícias, que ajudam muito nossa cidade. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Gugu Bueno: Só pra deixar registrado, nosso agradecimento ao trabalho desenvolvido pelo deputado Giacobbo. Ele que prontamente tenta atender nosso pleito, quando vamos a Brasília, quando levamos algum pedido em nome da nossa comunidade. Ele que tem uma atenção muito especial pela área da saúde e pelo interior de Cascavel; talvez as duas áreas, onde o trabalho do deputado Giacobbo mais se destaca em Cascavel. Não tenho receio em afirmar que 80% dos investimentos feitos na saúde, com verbas do governo federal feitas nos últimos anos em Cascavel, são provenientes



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

de emendas do deputado Giacobbo, do trabalho do deputado Giacobbo. É preciso deixar esse agradecimento, em nome da cidade de Cascavel. Este, com toda certeza, é um deputado que tem retribuído os votos que têm feito em nossa cidade, principalmente na saúde, que tanto nossa população clama por atendimento. Obviamente que, um deputado federal não pode resolver todos os nossos problemas, mas pelo menos tenta fazer sua parte, trazendo recursos importantes pra Cascavel. Obrigado. – Vereador Celso Dal Molin: E segundo o Murbach, com a criação da Vara Criminal a demanda será desafogada e, os processos criminais ficarão pra essa nova Vara. Já temos espaço físico, já colocou pra nós isso e conta com essa liberação e, teremos mais essa Vara Criminal em Cascavel. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Novamente o oeste do Paraná foi palco da barbárie. Novamente, deputados federais e lideranças ruralistas se reuniram em Guaíra neste sábado, com objetivo de fomentar a desinformação, a intolerância e ódio aos povos indígenas, quilombolas, movimentos agrários; em especial Araupel. Neste último sábado em Guaíra, aconteceu um encontro patrocinado pelo prefeito Fabian, no qual o que se viu foi um desfile de ignorância, com discursos permeados de ódio e preconceito. No centro da pauta desse encontro estava a demarcação indígena, quilombolas e terras relacionadas à Araupel, e que vive um problema insolúvel sobre o ponto de vista legal, pois as terras que ela afirmava ser dela não o são, sob o ponto de vista do estado de direito; caracterizando a Araupel como a maior grileira do Estado do Paraná. É neste cenário de confusão, onde a desinformação campeia e se torna terreno fértil pra aquela figura comum e pra esses tempos gris, que o saudoso Brizola costumava chamar de “pescadores de águas turvas”, ou seja, o agente político pilantra, oportunista e malando que se vale da situação confusa pra tirar proveito pessoal, eleitoral e eleitoreiro de qualquer outro tipo. Exatamente, o que acontece em relação a esse debate, por isso neste momento toda e qualquer informação é fundamental pra clarear essas águas turvas e permitir o bom debate. Por isso, venho à tribuna com essa intenção, pois tive acesso a um documento que não é recente e pode conter informações pertinentes, em relação às terras da Araupel e seu processo de desapropriação. O documento em questão é um relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que foi comandado pelo senador da República Álvaro Dias, no qual esse senador relata e afirma que: tem conhecimento de um áudio de uma fita que demonstra que houve graves irregularidades no processo de desapropriação das terras da Araupel, por parte do Estado do Paraná. Uma gravação que segundo o senador “é pública, mas pouca gente conhece”. O senador Álvaro Dias então presidente da CPMI da Terra, durante sua 17ª reunião, no dia 25/11/2004 ao interrogar a testemunha Antônio Carlos Ferreira, advogado que ingressou com uma ação civil pública sobre o fundamento de que as terras da Araupel eram públicas. Afirma o senador: “antes de conceder a palavra ao relator, gostaria de ouvir a palavra do nosso convidado (Sr. Antônio Carlos Ferreira) a respeito de um fato que relatei ao ministro Rosseto, por ocasião de sua presença aqui na CPMI, refiro-me a uma determinada gravação, cuja de gravação havia sido divulgada dando conta de ter havido nas



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

negociações pra desapropriação dessa área, tentativa de corrupção ou suposta corrupção e que parte dos recursos seria destinado a certas figuras públicas. A existência da gravação segue o senador, é de conhecimento público, mas chegou a nossas mãos uma gravação que remetemos ao ministro Rosseto, pra que pudesse tomar conhecimento do seu teor.” Na palavra do senador, essa degravação teria importantes revelações, sobre supostas irregularidades sobre a desapropriação das terras da Araupel, inclusive porque hoje se sabe que, essas terras nunca foram da Araupel, porque são públicas. Acredito que essa degravação poderia contribuir e muito pra clarear o atual cenário, em relação a esse debate. É fundamental desvelar essa cultura de massa criada pela Araupel; sobre a origem supostamente fraudulenta de suas propriedades. É fundamental que possamos revelar ao povo do Paraná, em que momento do Paraná e quem se corrompeu pra sustentar a permanência de forma irregular da Araupel em suas terras. Acredito que este áudio citado pelo senador Álvaro Dias, possa contribuir pra isso. Neste sentido estamos respeitosamente enviando um ofício, dirigido ao senador da República Álvaro Dias, pra que possamos ter acesso a essa degravação. Independente de qualquer divergência política que tenhamos, tenho certeza que o senador ao bem da verdade será sensível ao pedido deste vereador; em defesa da verdade e da transparência, pois se ela é pública, está na hora de mais gente conhecê-la. Obrigado! – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. - Vereador Nei H. Haveroth: O que me traz hoje aqui é ressaltar a reunião, audiência estabelecida na sexta-feira da Frente Parlamentar, promovida pelo vereador João Paulo de Lima e demais integrantes da Frente; onde debatemos com gestores públicos da saúde, das propriedades particulares também, da saúde, parlamentares da esfera federal, estadual e municipal, onde debatemos essa problemática. Parabenizar a Frente, em nome do vereador João Paulo de Lima. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Gugu Bueno: Preciso enaltecer a Frente Parlamentar de Saúde, na pessoa do vereador João Paulo de Lima, presidente e também todos os senhores vereadores e enaltecer essa Casa. Saí convicto, sexta-feira, que esta Casa tem cumprido com seu papel na sociedade de Cascavel, por mais que algumas pessoas desinformadas e outras más intencionadas teimam em não enxergar o papel que essa Casa tem desempenhado na cidade de Cascavel; principalmente nesta cruzada da saúde pública, desde quando essa legislatura tomou posse em 2013. Evidente, que sabemos que nosso poder de resolutividade, talvez não seja muito grande; porque não somos nós que executamos as ações, mas esta Casa ao trazer pra um debate, pra uma mesa todos os envolvidos no sistema, Governo do Estado, Governo Federal, hospitais privados, públicos, cada um colocando seu problema e também, indicando solução. Acho que foi uma reunião exemplar o que ocorreu sexta-feira nesta Casa, apenas exalta o nome da Câmara de Vereadores de Cascavel. Estamos cumprindo com nosso papel e quero deixar aqui, meus parabéns aos integrantes e membros da Frente Parlamentar de Saúde, que têm cumprido com o que imaginávamos, quando propomos a criação da Frente Parlamentar de Saúde. Obrigado! - Vereador Nei H. Haveroth: Obrigado! Como havia falado antes, a Frente Parlamentar mostrou pra sociedade que é possível a Câmara



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

cumprir com seu papel, naquilo que demanda a Frente e agradecer todos os que estiveram presentes; principalmente os vereadores da Frente, que estão comprometidos em buscar soluções, através do presidente, vereador João Paulo de Lima que muito bem organizou esse evento que passou semana passada. Diante disso, temos certeza que um dos temas que traz problemas pra nossa saúde, que vem sendo comentado nos últimos tempos, é a questão do trânsito. O trânsito traz muitos problemas pra nossa saúde na questão do atendimento, prejudicando pessoas que precisam do atendimento, principalmente dos procedimentos eletivos. Neste ponto, quero fazer uma reflexão no sentido da responsabilidade, de quem é a responsabilidade, principalmente quando os acidentes de trânsito ocorrem, devido aos danos que temos, principalmente nas rodovias. Há poucos dias fomos a Umuarama e naquela oportunidade, passamos por uma cratera e o pneu do veículo da Câmara ficou comprometido e tivemos que repor este pneu. Mais pra frente, o vereador conseguiu desviar de um buraco e se tivéssemos caído ali, talvez tivéssemos ceifado nossas vidas. No final dessa semana, o humorista Wilmut perdeu sua vida numa rodovia do país, por causa de um buraco na rodovia. Me pergunto: de quem é a responsabilidade de chamar atenção de um órgão competente, pra resolver esse problema? Vejo que um buraco na pista é capaz de tirar uma vida como se fosse um veículo, vindo na contramão de quem está indo; porque ao tirar desse buraco, muitas vezes, as colisões são frontais. Cadê o DNIT do nosso país, cadê o DER, a Polícia Rodoviária? Quando deparada com um veículo, que é esse buraco, vindo na contramão daquele que está seguindo no seu sentido, inocentemente ele perde a vida. Será que a Polícia Rodoviária, Estadual, Federal não teria que chamar a responsabilidade do DER, do chefe do DER ou instituir um processo criminal pela perda da vida dessas pessoas, nas rodovias? Porque esse buraco é um veículo na contramão, e quem multa o buraco? Por que não multa esse buraco? Quem é o dono desse buraco? Os chefes dos DERs estaduais deveriam ser responsabilizados criminalmente, inclusive com a Polícia Rodoviária de estar lá este buraco e, enquanto não for tapado esse buraco não poderia permitir o tráfego nesta rodovia. Essa é minha opinião, enquanto presidente da Comissão de Trânsito desta cidade, na Frente Parlamentar da Saúde que vemos os problemas acontecendo e não posso me calar. E pedir aqui, que ponham a mão na consciência, esses diretores do DER, principalmente do Paraná que são omissos, não fazem sua parte em tapar, principalmente aqueles buracos que comprometem a vida das pessoas. São eles que estão conduzindo um veículo na contramão de quem está transitando no seu sentido e indo nos seus objetivos, buscar chegar no local que saiu de casa. É um problema e temos que fazer uma audiência pública nesta Casa, vereador Jorge Menegatti, Walmir Severgnini, que vamos tratar daqui uns dias da questão da rodovia 180, que há mais de 2 anos, não é jurisdição do Município. Mais ainda dentro do perímetro do Município, temos pra frente de Juvinópolis, um degrau na pista e o DER simplesmente abandonou o recape daquela rodovia e tem um degrau na pista e nem sinalização temos, lá. Quero registrar na minha fala de hoje, a minha indignação e um pedido de responsabilização das pessoas que perdem suas vidas nas



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

rodovias de entrar com um processo criminal, responsabilizando os diretores do DER e quem sabe até a Polícia Rodoviária, que não assumem sua responsabilidade, quando estão à frente do seu serviço, das suas atribuições. Nós, somos cobrados aqui como vereador, político e também, temos que cobrar de quem recebe e, estão dentro das Secretarias e não saem das suas salas pra assumir suas responsabilidades. – Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Queria inicialmente ressaltar o espírito de participação dos senhores vereadores, no evento promovido na Apae Cascavel, na data de ontem. Tivemos lá competindo na corrida de cadeiras com alunos, onde o motor eram os padrinhos. Tivemos lá o Nei H. Haveroth, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, João Paulo de Lima, Jaime Vasatta e tenho certeza que muitos outros estariam lá também se, não fossem seus compromissos e a chuva, também. Aproveitando a minha vinda a essa tribuna, quero agradecer aos vereadores. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Gostaria de saber do senhor, por que na metade do percurso, abriu a porta da ambulância... só pra questionamento. – Vereador Pedro Martendal: No final da primeira volta resolvi medir como estava à pressão e, graças a Deus fui liberado de pronto, assim como o Professor Paulino precisou de atendimento. Esse motivo de nós necessitarmos de apoio foi em função da garra e vontade que participamos; porque não sei se por sorte ou sacanagem me deram uma aluna do profissionalizante que era um pouco pesada e isso dificultou meu trabalho. Mas, enfim, juntamente com o Nei H. Haveroth, nossos pólipos também estavam com problema de locomoção e isso prejudicou; mas minha intenção não era competir, era participar. As estrelas da festa eram vocês que estavam lá nos prestigiando. Como estava terminando de falar a respeito, o projeto que estaremos protocolando amanhã, todos estão convidados, amanhã de manhã. Depois, nós estaremos protocolando o projeto que, instituirá em Cascavel a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla e qual é o objetivo desse projeto? Ressaltar a igualdade de todas as pessoas e também, propiciar que tenham seus direitos reconhecidos, tenha a inclusão, sem preconceito. Até na justificativa do projeto, peguei uma frase do filósofo grego Aristóteles que lá, 380 anos antes de Cristo, já afirmava ele: devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade. Com isso agradeço o apoio de todos. Acho que o que estaremos fazendo com esse projeto é dando condições pra que ano que vem, essa semana que é comemorada a nível nacional seja mais bem... que já é. Temos na semana, desde sexta-feira várias atividades, envolvendo as pessoas com deficiência intelectual. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Robertinho Magalhães: Parabenizar a iniciativa da Apae por esse projeto que, movimentou domingo de manhã, um tempo fechado, com chuva; mas o homem lá em cima abriu as portas na hora pra nós correremos; onde todo mundo pôde participar com a sua cadeira, dando as voltas ali com quase 40, 50 cadeirantes. Onde todos nós participamos e logo na sequência a chuva caiu. Parabenizar toda iniciativa, toda coordenação da Apae, o presidente, por um grande evento, mexeu com a cidade de Cascavel realmente, num domingo de manhã com esse evento da Apae. Parabéns a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

todos, parabéns a quem participou aqui. A gente viu a necessidade realmente, quando você pega uma cadeira daquela, é descida, subida, é muito gratificante quando você vê a família ali junto com essas pessoas. Gostaria de deixar um abraço ao grande campeão Macanhãozinho. Não foi fácil, mas parabenizar toda Apae Cascavel pela iniciativa e pelo grande evento que foi proporcionado ao pessoal de Cascavel. – Vereador Pedro Martendal: Muito bem lembrado; foram mais de 50 padrinhos e sobrou padrinho; nos deixou feliz, porque faltou cadeiras: isso é fundamental, a participação da sociedade. Segundo comentário também, que Vossas Excelências que foram, como dizia o folder, foram o motor. Vocês perceberam a dificuldade que os familiares passam, nós, foi apenas uma voltinha e o familiar que é o ano todo? E há uma possibilidade que as imagens vão hoje pra o Globo Esporte; além de ter sido importante pra Cascavel. Estamos divulgando a cidade e também defendendo os direitos da pessoa com deficiência ao nível do Estado do Paraná. Seria isso. Muito obrigado. – Presidente: Não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às onze horas e quinze minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário